

O Mal Político: Uma Análise Do Relato Arendtiano Acerca Da Banalidade Do Mal

Political Evil: an analysis of arendt's account of the banality of evil

ANDYARA LETÍCIA DE SALES CORREIA*

Resumo: Este artigo será desenvolvido com base no pensamento de Hannah Arendt sobre o mal, dividido em mal radical e banalização do mal (mal político). O mal radical é baseado nos sistemas totalitários e seus mecanismos de dominação, como a propaganda, a transformação do homem em coisa (supérfluo), a ideologia e o terror. O mal sem precedentes praticado pelos sistemas totalitários foi denominado de "mal radical", mas depois foi abandonado para a utilização do termo "banalização do mal". A banalização do mal é utilizada para explicar o mal sem raízes ou sem profundidade, cometido não por um agente maligno ou diabólico, mas incapaz de pensar ou questionar as ordens. A sociedade massificada precisa implantar mecanismos de valorização do pensamento e agir político, como forma de não deixar o sistema totalitário ou uma nova forma de totalitarismo, ser implantada na sociedade.

Palavras-chave: Mal. Mal radical. Banalidade do mal. Mal político.

Abstract: This article will be developed on the basis of Hannah Arendt's thinking about evil, which is divided into radical evil and banalization of evil (political evil). Radical evil is based on totalitarian systems and their mechanisms of domination, such as propaganda, the transformation of man into a thing (superfluous), ideology and terror. The unprecedented evil practiced by totalitarian systems was termed "radical evil," but this phrase was later abandoned for the use of the expression "banalization of evil." The banalization of evil is used to explain rootless or shallow

* Especialista em Direito Previdenciário pelo CEUT – Centro de Ensino Unificado de Teresina. Especialista em Filosofia e Teoria do Direito pela PUC MINAS – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: andyaraleticia01@hotmail.com. Lattes: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4679027H5>>.

evil, committed not by an evil or devilish agent, but by anyone who is unable to think or question orders. The mass society needs to implant mechanisms of valorization of thought and political action, as a way of impeding that the totalitarian system or a new form of totalitarianism might be implanted within society.

Keywords: Evil. Radical Evil. Banality of evil. Political evil.

INTRODUÇÃO

Hannah Arendt é uma das pensadoras mais importantes do século XX e é conhecida como “pensadora da liberdade”, apesar de não gostar de ser chamada de filósofa, conforme afirma: “não tenho a pretensão nem a ambição de ser uma «filósofa» ou ser incluída entre aqueles que Kant, não sem ironia, chamava Denker von Gewebe (pensadores profissionais)” (ARENDR, 2000, p. 13).

A época em que viveu marcou sua trajetória de vida e seus ensinamentos. Vivenciou a perseguição aos judeus, sendo ela própria uma judia. Engajou-se na luta contra os sistemas totalitários, e posteriormente, buscou analisar os fundamentos e causas que levaram ao totalitarismo.

Hannah Arendt teve muitas publicações importantes, dentre elas: em 1951, *Origens do Totalitarismo*, dividido em três capítulos: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo, dando especial destaque ao desenvolvimento do conceito de “mal radical”. Em 1958, publicou *A condição humana*, onde fala sobre o labor, trabalho e ação. Em 1963, publicou a obra *Sobre a revolução*, que ressalta a importância de as instituições pós-revolucionárias manterem vivas os ideais revolucionários, para a preservação da liberdade.

Ainda em 1963, publicou a obra *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, onde ganhou grande notoriedade, com o desenvolvimento do termo “banalidade do mal”, mas com severas críticas principalmente da sociedade judaica, ao afirmar que as lideranças judaicas haviam ajudado o nazismo no extermínio dos judeus. Por isso, Hannah Arendt afirma que: “[...] a burocracia judaica, cujo papel nesses massacres administrativos foi considerado tão essencial que a instituição dos “Conselhos de Anciãos Judeus foi imediatamente decidida [...]” (ARENDR, 1999, p. 240).

Em 1976, foi publicado o livro: *A vida do Espírito*, onde a autora buscou analisar três aspectos: pensar, querer e julgar, não foi finalizado

totalmente devido a morte da autora, em 1975. Sua amiga pessoal, Mary McCarthy que se encarregou de organizar os escritos da autora e fazer a publicação deste livro.

Nesse contexto as obras de Hannah Arendt, especialmente, *Origens do Totalitarismo* e *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, tiveram grande importância no pensamento desenvolvido por sobre o mal no quadro político contemporâneo. O mal parece um verdadeiro “tabu” para a sociedade, poucos buscam analisar e pensar o tema. Mas isso não significa que ele não existe ou que vai deixar de existir.

O mal, em um primeiro momento, para Hannah Arendt ao analisar o sistema totalitário, foi denominado de mal radical, com forte influência em Kant. Alguns anos mais tarde, ao assistir o julgamento de Eichmann em Jerusalém, Hannah Arendt afirmou que o mal ao qual se referia não era radical e sim, banal.

Ao analisar Eichmann, Hannah Arendt, afirma que: “foi esta ausência de pensamento – que é uma experiência tão vulgar na nossa vida cotidiana, onde dificilmente temos tempo, para não falar na inclinação, para parar e pensar – que despertou o meu interesse” (ARENDR, 2000, p. 14-15).

Segundo Hannah Arendt, a incapacidade de pensar induz ao conformismo e à alienação, compelindo a aderir a tudo o que as regras de conduta prescrevem em uma dada época. O homem não pensa e não julga, só age, indiferentemente, como um instrumento do mal.

Este artigo será desenvolvido sobre o pensamento de Hannah Arendt sobre o mal, subdividido em dois tópicos centrais: mal radical e banalização do mal, onde será explicitado que o termo “mal radical” foi abandonado para a utilização do termo “banalização do mal”, além de analisar a massificação das pessoas, a banalização da vida humana e a importância do pensar e agir político.

O MAL

O mal é compreendido como algo satânico, demoníaco, conforme afirma Arendt: “O mal, aprendemos nós, é algo de demoníaco; a sua encarnação é Satã, um «relâmpago caído do céu» (Lucas 10:18), ou Lúcifer,

o anjo caído” (ARENDR, 2000, p. 13). Contudo, o mal para Hannah Arendt tem conotação política.

O tema mal, em Arendt, não tem como pano de fundo a malignidade, a perversão ou o pecado humano, mas o vazio de pensamento e ações destituídas de significação. O ser humano é capaz de realizar ações inimagináveis, do ponto de vista da destruição e da morte, sem qualquer motivação maligna.

No livro *Origens do totalitarismo*, Hannah Arendt abordou sobre o mal radical, com inspiração em Kant, onde analisou o sistema totalitário que torna os homens supérfluos e descartáveis. Contudo, assistir o julgamento de Eichmann fez Arendt adotar o termo banalidade do mal e se questionar sobre o ato de pensar, conforme afirma:

[...] a minha preocupação com as atividades do espírito tem duas origens muito diferentes. O impulso imediato veio de ter assistido ao julgamento de Eichmann em Jerusalém. No meu relatório sobre ele falei da <<banalidade do mal>>. [...] Em segundo lugar, essas questões morais originando-se na experiência factual, e indo contra a sabedoria dos tempos – não só das várias respostas tradicionais que a <<ética>>, um ramo da filosofia, apresentou para o problema do mal, mas também as muito mais vastas respostas que a filosofia tem prontas para a muito menos urgente questão *Que é pensar* (ARENDR, 2000, p. 13-16).

No livro *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, abandonou o termo mal radical, pois esse mal político não tem profundidade ou raízes, mas se propaga com a incapacidade de pensar. Desenvolvendo a banalização do mal, o “pensar” desenvolvido em suas obras, especialmente, no livro *A vida do espírito*, também teve grande importância no seu pensamento.

O MAL RADICAL

O Mal Radical retratado no livro *Origens do Totalitarismo* (1951) foi uma análise dos sistemas totalitários do nazismo e stalinismo, que tinham por meta tornar os homens supérfluos.

[...] o governo totalitário sempre transformou as classes em massas, substituiu o sistema partidário, não por ditaduras unipartidárias, mas por um movimento de massa, transferiu o centro do poder do Exército para a polícia e estabeleceu uma política exterior que visava

abertamente ao domínio mundial (ARENDR, 1989, p. 512).

Os sistemas totalitários tinham três passos para o domínio total e transformar o homem em coisa, supérfluos: destruição da pessoa jurídica, destruição da dimensão moral do homem e destruição da individualidade e espontaneidade (SOUKI, 1998, p. 12).

O totalitarismo não surgiu como produto da loucura de poucos, mas como uma lógica do sistema de dominação que fez diferenças étnicas e de classe o motor de um processo de exclusão e domínio. Chegando ao ápice no extermínio dos judeus.

Sistematizaram a violência de forma burocrática e desenraizaram inteiramente o homem da sua própria realidade e humanidade, com a ideologia e o terror. Trazem o terror para o Estado de forma administrativa e lógica. O terror é o fabricante de uma humanidade incapaz de agir e de pensar. Arendt afirma que: “[...] o súdito ideal do governo totalitário não é o nazista convicto nem o comunista convicto, mas aquele para quem já não existe a diferença entre o fato e a ficção (isto é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (isto é, os critérios de pensamento)” (ARENDR, 1989, p. 526).

A existência não tem mais um valor elevado, mas se torna condicionada a um valor utilitário, uma necessidade material, nessa relativização do valor, a vida humana perde seu significado e deixa de ser necessária e essencial, para ser uma engrenagem no sistema totalitário e até mesmo descartável.

Nesse contexto dos sistemas totalitários, Arendt utilizou a expressão “Mal Radical”, com influência em Kant. E Kant usou o termo mal radical de Baumgarten, conforme afirma Souki:

[...] Em relação ao termo “mal radical”, Kant o tomou de Baumgarten (*Preleções*, 1773). Já o termo *radical* vem de toda uma tradição neoplatônica, agostiniana, sem esquecermos também de Leibniz e toda a escola que o segue. *Radical* significa *limitatio*. O *radical* é, conforme Leibniz, a finitude original da criatura (SOUKI, 1998, p. 19).

Para Kant o mal radical é relacionado com a moral, onde o indivíduo opta conscientemente pela prática da lei imoral em detrimento da prática da lei moral (FRY, 2010, p.36).

Já o mal radical, para Hannah, tem conotação política e analisa o sistema totalitário que torna os homens supérfluos e os meios para a dominação total, tanto na esfera pública quanto privada.

O sistema totalitário se utilizou da propaganda, da ideologia e do terror, da transformação do homem em coisa (tornando-os descartáveis), a manipulação das massas e a falta de uma perspectiva crítica sobre o discurso oficial (agir burocrático, sem pensar) em meios para a dominação total.

O termo “mal radical” foi abandonado por Hannah Arendt, alguns anos mais tarde, pois o mal praticado pelos sistemas totalitários não tem raízes, não era profundo, na verdade, era superficial, se trata do mal banal.

BANALIZAÇÃO DO MAL

Hannah Arendt foi ao julgamento de Adolf Eichmann, em Jerusalém, como correspondente para a revista New Yorker, em 1960. Eichmann era o oficial nazista responsável pelo transporte dos judeus para os campos de extermínio.

Arendt imaginava Eichmann como alguém perverso, até mesmo monstruoso, como a mídia da época o retratava, mas para a sua surpresa, ele era um homem absolutamente comum.

[...] Estava espantada com uma manifesta superficialidade do agente que tornava impossível seguir o mal incontestável dos seus atos até qualquer nível mais profundo de raízes e motivos. Os atos eram monstruosos, mas o agente – pelo menos aquele mesmo que agora estava a ser julgado – era absolutamente vulgar, nem demoníaco nem monstruoso. Não havia nele nenhum sinal de convicções ideológicas firmes ou de motivos maldosos específicos, e a única característica notável que se podia detectar no seu comportamento durante o julgamento e durante todo o período de investigação policial anterior ao julgamento era algo de inteiramente negativo: não era estupidez mas irreflexão. (ARENDR, 2000, p. 14).

O que resultou no livro “Eichmann em Jerusalém” publicado em 1963, onde aborda sobre a banalidade do mal. Eichmann seria o paradigma do homem da massa. Ela está interessada em demonstrar a obediência cega do burocrata Eichmann, incapaz de discernir entre ordem e lei.

[...] essa era a nova lei da terra, baseada nas ordens do Führer; tanto quanto podia ver, seus atos eram os de um cidadão respeitador das leis. Ele cumpria o seu dever, como repetiu insistentemente a polícia e à corte; ele não obedecia a ordens, ele também obedecia à lei. [...] Como além de cumprir aquilo que ele concebia como deveres de um cidadão respeitador das leis, ele também agia sob ordens [...]. (ARENDR. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, 1999, p. 152).

A burocracia é a mais complexa e desenvolvida organização formal. Esta organização na qual o poder é distribuído em hierarquia rígida, com nítidas linhas de autoridade. Há divisão dos trabalhos, onde as pessoas se encarregam de tarefas minuciosamente especializadas e trabalham sob regras claras e escritas. É justamente nessa sociedade de massa o lugar mais propício para se disseminar o totalitarismo, pois os homens estão distanciados uns dos outros.

Este sujeito destituído de vida política se transforma em um anônimo no meio da massa, perde sua individualidade. Assim, Arendt afirma que: “[...] a essência do governo totalitário, e talvez a natureza de toda burocracia, seja transformar homens em funcionários e mera engrenagens, assim os desumanizando”. (ARENDR, 1999, p. 312-313).

É este sujeito que não tem capacidade política ou consciência moral, que é incapaz de pensar ou julgar o mais propício a cometer banalmente o mal, pois se tornou supérfluo e passa a ser ao mesmo tempo vítima e agente do mal banal.

O sistema totalitário ao fazer os seres humanos se sentirem sem poder, solitários e submissos, vivendo como animal laborante, condicionado, encontram o ambiente perfeito para burocratizar as suas obrigações e tornar os homens incapazes de pensar as consequências das ordens dadas pelos superiores.

A falta de pensamento é um problema político, pois induz ao conformismo e aceitação das normas de condutas prescritas. Segundo, Hannah Arendt: “A atividade de pensar – de acordo com Platão, o diálogo sem som que travamos conosco próprios – serve apenas para abrir os olhos do espírito, e até o *nous* aristotélico é um órgão para ver e contemplar a verdade.” (ARENDR, 2000, p. 16). E ainda acrescenta:

[...] nada pode ser ele mesmo e para si mesmo com exceção do dois-em-um que Sócrates descobriu como

sendo a essência do pensamento e Platão traduziu em linguagem conceptual como o diálogo sem som *eme emauto* de mim comigo mesmo. [...] Pensar, existencialmente falando, é uma tarefa solitária mas não desacompanhada; a solidão é aquela situação humana em que faço companhia a mim mesmo. O estar desacompanhado acontece quando estou só sem ser capaz de me dividir no dois-em-um, sem ser capaz de fazer companhia a mim próprio, quando, como Jaspers costumava dizer, <<estou ausente de mim mesmo>> (*ich bleibe mir aus*), ou para dizer isto de outra maneira, quando sou um e estou sem companhia (ARENDDT, 2000, p. 203).

O dois-em-um, então, tem de ser amigos, pois a única forma de fugirmos de nós mesmos é parando de pensar. E afirma:

O que faz com que um homem tenha receio é a antecipação da presença de uma testemunha que o aguarda apenas se e quando for para casa. O assassino de Shakespeare diz: <<Todo o homem que pretende viver bem esforça-se... por viver sem ela>>, e o sucesso em relação a isso é fácil porque tudo o que ele tem que fazer é nunca iniciar o diálogo solitário e sem som a que chamamos <<pensar>>, nunca ir para casa e examinar as coisas. Isto não é uma questão de perversidade ou de bondade, tal como não é uma questão de inteligência ou estupidez. Uma pessoa que não conhece essa conversação silenciosa (na qual examinamos o que fazemos) não se importará com cometer qualquer crime, dado que pode contar com ele ser esquecido no momento seguinte. As pessoas malvadas – a despeito da posição contrária de Aristóteles – não estão <<cheias de arrependimento>> (ARENDDT, 2000, p. 209).

A banalização do mal, para Arendt, não é trivial ou desimportante, mas pode acontecer sem qualquer intenção diabólica ou perversa, é na verdade, a falta de pensamento. O praticante do mal banal não conhece a culpa. Ele age semelhante a uma engrenagem do mal, parece um fungo que cresce e se espalha como causa em si mesmo, sem raiz alguma e atinge uma enorme quantidade de pessoas.

O pensar é uma atividade silenciosa consigo mesmo, um “dois-em-um”, solitário, onde a mente pode discutir consigo mesma e se questionar sobre seus atos. Segundo Fry:

Arendt, mais uma vez, recorre a Sócrates, como modelo de filósofo que levava as pessoas a questionar a si mesmas e a própria moralidade mediante um diálogo interior consigo mesmas. Quando alguém está sozinho, é capaz de pensar e de ter um diálogo com o eu, que é como um ‘dois-em-um’, o que está significativamente

ligado ao pensamento moral. O eu é como um 'dois-em-um', e a consciência funciona como algo que diz às pessoas o que não deve ser feito, por receio de que eles terão de viver posteriormente com o perpetrador e jamais serão amigas de si mesmas novamente (FRY, 2010, p. 126).

O perigo reside no silêncio da consciência, momento frutífero para a proliferação dos ideais totalitários. Nos regimes totalitários o pensamento individual era desestimulado e a consciência não conseguia ou falhou em estabelecer limites do certo e errado. Segundo Fry:

No caso da Alemanha nazista, os limites que teriam sido colocados pela consciência falharam para muitas pessoas. Porções significativas da população não pensavam nem discerniam profundamente assuntos morais. Em tais casos, Arendt acredita que as pessoas simplesmente atêm-se à superfície dos acontecimentos e são arrastadas pela propaganda ideológica, sem penetrar as profundezas da situação (FRY, 2010, p. 126).

O praticante do mal banal submete-se de tal forma a uma lógica externa que não enxerga a sua responsabilidade nos atos que pratica. Age como uma mera engrenagem. A busca da significação do ato praticado encontra muita dificuldade quando os mecanismos, procedimentos técnicos, burocráticos e econômicos englobam tudo.

Eichmann não se tratava de um monstro ou psicopata, mas de um homem normal obediente as leis. O desvio que o acometia era a sua incapacidade de questionar a razoabilidade, a legitimidade, a justiça e a humanidade dessas leis.

A banalidade do mal se estrutura em seres humanos supérfluos e em um sistema estruturado para a prática do mal, que se não contido pode se espalhar e abranger toda a humanidade. Por isso o mal banal é superficial e não radical e assim muito mais perigoso, porque, não tem motivo aparente, sob sua influência, as pessoas estão agindo de forma racional e, acima de tudo obediente.

A banalidade do mal é um conceito novo para o novo tipo de mal inaugurado pelos sistemas totalitários, que é o mal político, sobretudo, nos campos de concentração. Schio afirma que:

O 'mal político' é aquele que atinge a pessoa enquanto pessoa. Isto é, quando o ser humano, singular, irrepitível e com igualdade perante os outros porque humano, é

ultraçado, desrespeitado, e até morto. Mal pode atingir a pessoa no nível privado, do lar ou do trabalho, por exemplo, em que ele prejudica, indignifica, aflige o indivíduo. Porém, segundo Arendt, esse mal não tem a proporção do mal político, que atinge o íntimo do ser e da própria humanidade nele contida, que pode ser repetível, gigantesco em suas proporções e resultados, como foi o Nazismo, exemplo basilar no pensamento arendtiano. O mal político é aquele que precisa ser pensado, discutido e evitado por meio da política, no espaço público, em que todos os cidadãos se fazem presentes e atuantes (SCHIO, 2011, p. 132).

A consequência de uma sociedade sem política, para Hannah, é a destruição dos laços éticos, um bom nascedouro para a estrutura de domínio total. Um Estado não pode ser forte demais a ponto de não permitir aos cidadãos a possibilidade de escolhas individuais e responder por elas.

O problema em Eichmann e em vários outros burocratas nazistas, segundo Hannah, era justamente a incapacidade de pensar. Sem a força corrosiva e desconstrutiva do pensamento, qualquer ação é possível, qualquer lei pode ser racionalmente justificada.

Apesar de afirmar que ato de pensar e a política são distintas, pois o ato de pensar é solitário e a ação política é feita em público, Hannah Arendt reconhece a importância do pensamento, enquanto detentor da função de fomentar os questionamentos sobre as atividades políticas, pois “somos hoje em dia mais propensos a crer que o âmbito da política e a participação ativa nos negócios públicos origina o filisteísmo e obsta o desenvolvimento de um espírito cultivado que considere as coisas em seu verdadeiro valor, sem refletir em sua função e utilidade” (ARENDR, 2014, p. 271).

Hannah Arendt defende a criação de espaços públicos para a troca de opiniões e a função do governo é assegurar que todas as pessoas possam participar da discussão pública de opiniões. Seriam realizados encontros locais, como conselhos de bairros ou operários, para a discussão de diversos assuntos e as opiniões seriam partilhadas com representantes do governo federal.

Este mal político se espalha pela sociedade, massificada, homogeneizadora, que não se preocupa em pensar, mas em reproduzir. Portanto, para nos proteger do totalitarismo, precisamos construir processos

legais e uma cultura democrática e crítica, que tenha como fundamento o pensar que busca a significação de tudo o que acontece.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais obras de Hannah Arendt sobre o mal, são *Origens do Totalitarismo*, onde abordou sobre o mal radical; *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, onde desenvolve o tema banalidade do mal; e, *A vida do Espírito*, onde toda a reflexão do caso Eichmann e a banalidade do mal instigaram Hannah Arendt a investigar as implicações do pensar, querer e julgar.

Hannah Arendt iniciou o seu pensamento a respeito do mal, utilizando o termo “mal radical” que analisa o sistema de dominação totalitário, que se utilizou da ideologia, do terror, da propaganda, do agir burocrático, para a manipulação das massas e transformação do homem em coisa (objeto descartável, supérfluo). Anos mais tarde, com o julgamento de Eichmann, Hannah Arendt abandonou o termo “mal radical”, para utilizar o termo “banalização do mal”.

A banalização do mal implica a superficialidade dos atos criminosos cometidos pelos sistemas totalitários. Estes atos não possuem raízes ou profundidade, não é trivial ou desimportante, mas pode acontecer sem qualquer intenção diabólica ou perversa. Por isso o mal banal é superficial e não radical e assim muito mais perigoso, porque, não tem motivo aparente, sob sua influência, as pessoas estão agindo de forma racional e, acima de tudo obediente.

A banalidade do mal se estrutura em seres humanos supérfluos e em um sistema estruturado para a prática do mal, que se não contido pode se espalhar e abranger toda a humanidade. Com a falta de pensamento, o praticante do mal banal não conhece a culpa. Ele age semelhante a uma engrenagem do mal, parece um fungo que cresce e se espalha como causa em si mesmo, sem raiz alguma e atinge uma enorme quantidade de pessoas.

O termo empregado por Hannah Arendt: “banalização do mal”, surge em razão da novidade totalitária, um termo novo para esta nova forma de mal político. O mal político, não é um caso isolado de uma ou mais pessoas, mas, foi tomado sob o “manto da normalidade” por países

inteiros, onde a moralidade dos indivíduos e a incapacidade de reflexão foram objeto de interesse de Hannah Arendt nesse momento de crise política.

A concepção arendtiana do mal político, demanda uma análise do mal radical até chegar a banalidade do mal, levando em conta as concepções do pensar e agir político. O sistema totalitário longe de ser um passado a ser esquecido, deve ser analisado em seu âmago para que não retorne na sociedade atual ou futura.

Há resquícios dos ideais totalitários em nossa sociedade: massificada, com pessoas distantes, que não querem pensar e ter produções originais, com a disseminação da cultura do “cópia e cola” e que não querem participar da política.

Para que a sociedade não veja os males dos sistemas totalitários precisamos estimular o ato de pensar e a participação política das pessoas, como cidadãos, com vozes e pensamentos a serem ouvidos pela sociedade, e não exercendo a sua cidadania apenas no ato de votar.

REFERÊNCIAS

ARENDR, Hannah. *A vida do espírito: volume I - pensar*. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2000.

_____. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FRY, Karin A. *Compreender Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

SCHIO, Sonia Maria. *Hannah Arendt: o mal banal e o julgar*. Veritas: Democracia, ética e filosofia política. Porto Alegre, v. 56, n. 1, p. 127-135, jan./abr. 2011.

SOUKI, Nádía. *Hannah Arendt e a banalidade do mal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.